

## AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE: AGÊNCIAS E AGENTES

Edison Antônio de Souza<sup>1</sup>

Para compreendermos as relações sociais, tanto no âmbito da sociedade civil, quanto da sociedade política no Norte de Mato Grosso, é necessário levarmos em conta o papel desempenhado pelo Estado e a multiplicação das empresas orientadas segundo a lógica e os interesses dos capitais privados, amparados em políticas públicas que acabaram assegurando os suportes para a colonização e ocupação daquela região.

A questão da relação entre classe dominante e Estado é objeto de reflexões de importantes pesquisadores brasileiros, particularmente no que se refere às suas frações agrárias principalmente nas últimas décadas do século XX (MENDONÇA, 1988: 12). Nessa linha de preocupação uma questão é posta em nossa investigação: a dos mecanismos utilizados pelos grupos de interesses agrários e madeireiros local e regional, que elegem seus representantes para atuarem principalmente junto à sociedade política, com destaque para as Câmaras e Prefeituras Municipais do período pós 1970, contrapondo a uma reflexão tanto do ponto de vista teórico, quanto dos resultados concretos decorrentes da nossa pesquisa.

Dentro de um contexto histórico específico, as estratégias de ação e articulação dos segmentos madeireiro e agropecuário -, forças políticas regionais que atuam a partir da sociedade civil junto à sociedade política - abordaremos as diferentes estratégias políticas adotadas por estas entidades patronais, como o Sindicato das indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso e Associação dos Criadores de Gado do Norte de Mato Grosso, entidades representativas da classe patronal da região. Os agentes políticos, econômicos e sociais se fazem representar junto às entidades como o Sindicato das Indústrias Madeireiras do norte de Mato Grosso, a Associação dos Criadores do norte de Mato Grosso e o Sindicato Rural de Sinop. No sentido mais amplo de seus posicionamentos, suas práticas indicam uma ação enquanto partido

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de SINOP/MT. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

político, na acepção gramsciana do termo. Membros dessas entidades igualmente fazem parte da sociedade política em nível local e estadual e mantêm relação direta com o cumprimento de determinadas condições por elas estabelecidas, atuando na ‘formação, organização e orientação’ das mudanças sociais e políticas daquela região.

Para Sonia Mendonça ((MENDONÇA, 2000:10), a nova hegemonia da agricultura brasileira, que aumentou a concentração de renda, ampliou-se com o processo de modernização da agricultura brasileira: subsídios, créditos, empréstimos, financiamento para maquinários, com os devidos desdobramentos econômicos, e a produção em grande quantidade para exportação. No campo político ocorreu o surgimento de órgãos de representação não só local, mas também regional e nacional. Associações de diversas formas, como no caso de Mato Grosso, a APA - Associação dos Produtores de Arroz, a APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja e a FAMATO - Federação da Agricultura de Mato Grosso -, uma ‘plotando’ a proposta da outra .

Nesse sentido, nossos questionamentos são os seguintes: Quais são as estratégias políticas de posicionamento dessas entidades? Em relação às estratégias de campanha política orientada, utilizam o discurso do consenso: “participação com ‘democracia’, sem conflito, mas harmonizada”. No entanto, com a eleição de seus representantes para ocuparem cargos, tanto na esfera municipal, estadual ou federal, tendo como bandeira “a defesa do agribusiness”, utilizam-se de empresas privadas para desempenhar funções públicas. Nesse contexto, (BRUNO; 2004; 05) afirma que:

(...) assistimos, hoje, a um processo de constituição de um novo campo de conflito social no mundo rural caracterizado, de um lado pela revitalização da questão da terra, e de outro pelo acirramento do debate sobre os transgênicos. Um novo campo de conflituosidade que envolve inúmeras mediações, contradições e uma diversidade de atores e de instituições tanto patronais como de trabalhadores. A ausência de diretrizes definidoras de uma política fundiária no Governo Lula e, conseqüentemente a revitalização das ocupações de terra, recolocam a questão da violência patronal no campo, expõe a força política e capacidade de mobilização dos grandes proprietários. Tais fatores corroboram para refletirmos sobre a violência e a impunidade no Brasil. Expressa também o aprofundamento e a consolidação política e econômica de uma nova geração patronal rural e agro-empresarial que se constituiu a partir dos anos setenta juntamente com o processo de modernização da agricultura.

O poder local tem fortes raízes oligárquicas e durante muito tempo cuidou de proteger os seus interesses e privilégios. Nos últimos anos, com a democratização política alguns segmentos buscaram adaptar-se ao jogo eleitoral e às pressões políticas

de agentes organizados em alguns casos, os poderes locais parecem interessados em dar continuidade própria às políticas de desenvolvimento que pelo seu significado parecem destinadas a favorecer novos grupos econômicos no contexto regional.

Sonia Mendonça nos ensina que os interesses desses grupos só adquirem força política no espaço dos aparelhos privados de hegemonia situados no bojo da sociedade civil. “Tais cuidados sinalizam para o fato de que qualquer modificação na correlação de forças vigente junto à sociedade civil – nas ou entre as entidades de classe que lhe dão organicidade têm, necessariamente, repercussões junto à sociedade política em geral e à agência em particular estudada, o mesmo ocorrendo no caminho inverso”. Desta forma destacamos as entidades de classes existentes na região em estudo, focalizando suas demandas, a inclusão dos seus quadros junto a certos organismos de Estado, partindo, portanto do estudo da sociedade civil para chegarmos ao Estado em seu sentido estrito.

A partir da década de 1960, antes das empresas particulares iniciarem sua atuação na Amazônia e a implantação do modelo de desenvolvimento, uma entidade com sede em São Paulo já exercia pressão sobre as políticas públicas para aquela região: A Associação dos Empresários da Amazônia, cujo Presidente era o Sr. João Carlos Meirelles, que reclamava da falta de programas de colonização localizados estrategicamente nas regiões de ocupação. Esta entidade produzia material de circulação em nível nacional onde difundia sua ideologia, o periódico *Revista Nossa Amazônia*. A estratégia política dessa entidade no sentido de selecionar os ocupantes de seus quadros superiores, fica muito clara nas declarações do seu Presidente, confirmando a preferência de colonos sulistas para a colonização da Amazônia – (IANNI, 1985:25)

Além da mão-de-obra liberada pelas empresas agropecuárias e dos posseiros da região, observa-se nestes últimos anos intensa migração de trabalhadores rurais desmobilizados por força da mecanização crescente e da aplicação de outras técnicas mais sofisticadas, procedentes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, gente esta, absolutamente capacitada para o trabalho da terra, que poderá ser ordenadamente aproveitada em projetos de colonização e incorporada ao processo de desenvolvimento econômico da área.

Essa afirmação veiculada pela Associação dos Empresários da Amazônia demonstra uma mentalidade exclusivamente empresarial, que desconhece ou nega as lutas históricas dos posseiros e pequenos produtores do interior brasileiro e da luta pela

terra. O que está em jogo é o modelo econômico e de desenvolvimento adotado no país, resultando numa modernização forçada da agricultura e voltada aos interesses do capitalismo estrangeiro e monopolista nacional. A Associação prefere que a colonização, seja particular ou dirigida pelo INCRA desaconselhando fortemente qualquer colonização espontânea, única possível aos colonos sem terras, aos volantes, etc.

Já na década de 1983, empresários do Mato Grosso, Maranhão, Pará, Goiás, Acre Rondônia e dos Territórios de Roraima e Amapá, criaram o que se convencionou denominar de *Bloco dos Empresários da Amazônia*, com o objetivo de integrar a ‘luta pelo desenvolvimento da Região’. Em artigo publicado – “luta pela Amazônia, empresários em bloco”, expressam os seus interesses – (Jornal o Sinopeano, 1983:4)

Essa disposição foi formalizada num documento assinado no dia 17 de Julho, em Cuiabá, ressaltando-se que o “Bloco” não tem conotação político-ideológica, mas devendo atuar buscando a unidade de forças do empresariado na busca de soluções dos problemas da Amazônia, sem que isso implique em regionalização. Propõem-se a analisar temas como a Amazônia no contexto nacional, a função da iniciativa privada, a presença do Estado na economia, direito de propriedade/problema fundiário; problemática do índio, colonização-migração, fixação do homem na Região e ação dos organismos de desenvolvimento federais na área amazônica. Numa das recentes viagens à Cuiabá, Enio Pipino esteve na Federação das Indústrias do Mato Grosso mantendo longo diálogo com o presidente dessa entidade classista, Dr. Otacílio Borges Canavarros, quando se identificou com o espírito do “Bloco”, sublinhando sua disposição de somar na luta em favor dos interesses da Amazônia.

Nessa matéria podemos observar o interesse e a presença do colonizador Enio Pipino junto a essa entidade, cujo objetivo era atuar politicamente de modo a obter recursos públicos para a sua empresa de colonização. Nossos estudos indicam que a oligarquia regional do norte de Mato Grosso é integrada por madeireiros e fazendeiros do chamado ‘setor produtivo’, e estão ligados às agremiações classistas como a FAMATO e FIEMT, com seu ‘estilo de fazer política’, elegendo representantes para atuarem em defesas de seus interesses, com influência política, inclusão e beneficiamento de amigos com altos ganhos econômicos e ações suspeitas envolvendo pessoas de seu raio de influência. Desta forma pretende-se entender o poder das empresas (sociedade civil) em relação ao município (sociedade política) tanto nas demandas econômicas, quanto legais e fiscais.

Sob essa ótica, frações da classe dominante regional, a partir dos aparelhos da sociedade civil, disputam entre si, a imposição de um projeto hegemônico, que através de seus intelectuais (na concepção gramsciana de “persuador permanente”, o organizador da vontade coletiva, aquele que tem na prática política o âmbito de sua ação), como advogados, engenheiros civis, agrônomos e economistas, pressionam para inscrever seus projetos através de seus agentes na sociedade política, como é o caso específico do atual Governador de Mato Grosso -, Sival Barbosa (PMDB), representante dessas forças políticas hegemônicas do norte de Mato Grosso, junto à sociedade política estadual.

Logo, passa a ter uma influência e circulação maior sobre toda a região, organizando entidades comerciais, como o SINDUSMAD – Sindicato das indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso, que foi fundado no ano de 1986, sucedendo na época a AMIM (Associação dos Madeireiros do Interior de Mato Grosso), cujo lema era “*a força do madeireiro, o Sindicato voltado para a continuidade das indústrias madeireiras*”. Este Sindicato defende os interesses da classe patronal, principalmente (pressionando) os órgãos públicos estaduais (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) e federais (IBAMA), com uma área de jurisdição em vários municípios da região. Em matéria mais recente no Site do Sindicato ([sindusmad.com](http://sindusmad.com) Acesso: 20/10/2007).assim expressa o papel da entidade patronal:

O SINDUSMAD – Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso, foi fundado em 1986, sob os anseios dos industriais do setor em fortalecer e unir a classe. Após vários anos de trabalho sério e árduo, se consolidou como um dos sindicatos de maior representatividade e confiabilidade no Estado de Mato Grosso, primando sempre por uma política que busca compatibilizar o desenvolvimento e a proteção ambiental. Alcançar esta compatibilização implica em transpor desafios. É com base nestes princípios que o SINDUSMAD em conjunto com diversos segmentos da sociedade e das instituições governamentais e não governamentais, vem buscando incansavelmente a fórmula para a preservação do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Social da Região de maneira contínua e racional. Entendemos que temos direitos e deveres para com o Meio Ambiente, de cuja qualidade, perpetuação e utilização dependem nossas vidas.

Segundo seus diretores houve a necessidade de ser criado um sindicato patronal para ter representatividade junto à Federação das Indústrias de Mato Grosso, motivo pelo qual foi criado o atual SINDUSMAD, que inicialmente contou com 60 associados e hoje tem em seu quadro quase 200, com área de jurisdição, fortalecendo os interesses

da classe madeireira. O Sindicato presta aos seus associados vários serviços de orientação administrativa, jurídica e fiscal, continuando na luta e na busca dos direitos de seus filiados, na qual obteve várias vitórias relativas a assuntos de interesses da classe.

É fundamental destacar que, dos nomes constantes da diretoria da SINDUSMAD em todo o período, mesmo considerando-se que alguns se repetem em vários cargos em constante revezamento, sendo que os conflitos internos pelo controle hegemônico, eram muito bem vigiados e controlados para não tornarem-se públicos como o ocorrido em 2007. Além disso, os diretores da entidade não ocuparam cargos eletivos do Município, mas indicavam seus representantes ou interferiam indiretamente.

Completando esta rede de agentes e agências sociais afins, destaca-se o fato de que vários destes diretores do Sindicato patronal pertenciam, simultaneamente, aos quadros dirigentes da ACRINORTE (pois muitos madeireiros também são pecuaristas, como Sidnei Bellincanta, dono de Frigorífico) e outros são fazendeiros e pertencem ao Sindicato Rural de Sinop. Definimos rede política como uma conexão de interesses envolvendo empresários, pecuaristas e fazendeiros indicando cargos políticos no aparelho de Estado: no executivo e no legislativo e em outros campos de poder em função de operações de mútuo benefício e ações político-financeiras articuladas na informalidade, envolvendo parentes, amigos e assessores conectados em esquemas de poder, como no caso da Família Abreu (Paulo, Jorge, Milton) que exercem o poder político e econômico na região há 30 anos. Paulo Abreu e Balduino Pan, foram membros fundadores da ACRINORTE e do SINDUSMAD.

O campo do ‘legalmente constituído’ pode ser desmontado quando se investiga e vêm à tona as pressões políticas, os compadrios e as alianças entre empresários e políticos, tanto no nível local quando regional. São considerados grandes grileiros de terras na região, utilizando-se de meios violentos para incorporar novas áreas ao seu patrimônio. A respeito dessa questão paira “um silêncio” na cidade e ninguém fala a esse respeito, pois os “autores de tais crimes” muitas vezes moram ao lado. Estas famílias ilustram o princípio da reprodução e da conciliação entre os candidatos onde permite a manutenção dos privilégios, carreiras políticas e estruturas de poder, independentemente da ‘cor partidária’, revelando uma das dimensões da política mato-grossense marcada pelo nepotismo, pelo tráfico de influências, pelo poder econômico e

pela impunidade, como da família Campos (Jaime e Júlio) em Cuiabá e Várzea Grande. A chamada “paz fundiária” na região, não significa ausência de conflitos, pois muitas mortes ocorreram nas matas, sendo ocultadas as suas conseqüências legais e judiciais, assim como nos garimpos, muitas vezes cometidas pela própria polícia (ARANTES, 1994: 240), ficaram impunes ou foram arquivadas.

É importante destacar ainda, as práticas de vigilância exercidas por esta entidade no que diz respeito aos movimentos sociais recorrendo sempre à Justiça local para evitar possíveis ocupações do Movimento dos Sem Terra. Outro aspecto que chama a atenção no quadro é a profunda relação dos dirigentes do Sindicato com a Federação das Indústrias de Mato Grosso em postos importantes dessa entidade.

Ao fazermos uma análise sobre as práticas políticas desses agentes sociais, destacamos também, o papel da atividade madeireira, uma das principais fontes arrecadoras de ICMS do município e como isso se ‘legitima’ socialmente, principalmente em relação aos trabalhadores. A ocupação da terra, as queimadas (de que se alimentam os símbolos do progresso), fumaça e poeira são faces de um processo de ocupação da Cidade, que teve inicialmente como principal atividade econômica a agricultura. Como estratégia de controle social, estas forças políticas ligadas ao setor madeireiro, criam mitos, discursos, verdades sobre o novo “Eldorado”, pois o progresso deveria ocupar e rasgar de estradas aquela área da Amazônia Mato-Grossense, pois afinal o progresso estaria passando pelo “portal sul da Amazônia”, conforme (MARTA, 1999<sup>a</sup>, 79).

[...] e os empregos estariam nascendo nas serrarias que se instalavam e que compravam as toras extraídas por aquela gente que tinha vindo em busca de uma vida melhor. A maior reivindicação naquele momento era o asfaltamento da rodovia, que pode trazer o óleo diesel, necessário à produção de energia. Mas, enquanto isso, as serrarias eram produtoras de madeira serrada para a construção civil e fabricação de móveis e, mais que isso, eram produtoras de um subproduto residual que aumentava os custos e nenhuma receita - a serragem.

Percebemos nas práticas empresariais uma improvisação em relação à sua e, portanto, constituindo-se no alicerce da sociedade com um certo empirismo voluntário e aventureiro, que acaba refletindo-se nas relações sociais. Para os ‘donos do poder’, o planejamento com metas claras, planos articulados a programas e projetos da sociedade não são prioridades. A reflexão das reais necessidades da população, baseada em estudos, que podem se constituir em políticas que tenham claras prioridades definidas,

não tem sido na região peça importante de ação dos governos, e quando são, tem a ingerência do populismo facilitado, reducionista e eleitoreiro, como sua marca. Grande parte do setor madeireiro local busca o lucro fácil e a curto prazo, a oportunidade sem trabalho e sempre que possível a sonegação e a corrupção têm sido a opção, ou seja, pouca importância é dada as anotações formais, contabilidade ou contratos registrados, por parecer pura perda de tempo, segundo a maioria dos madeireiros da região não existe um planejamento para a atividade a longo prazo.

Para a população resta trabalhar, tentando uma melhor qualidade de vida para si e seus familiares, baseados na crença do progresso como solução para os problemas regionais, permitindo ao cidadão construir uma vida digna e confortável. O desmatamento realizado por esses agentes sociais é muito visível em Sinop e região. Sem dúvida, é um dos problemas ambientais mais destacados, juntamente com a poluição do ar. Há extensas áreas desmatadas para diferentes fins, inicialmente para a extração de madeiras, atualmente para a agricultura e pecuária. No período de maior produção industrial, que combina com a “época da seca” em Sinop (abril a novembro), a poluição do ar é significativa, principalmente no cotidiano da área urbana, produzida pela queimada dos restos de madeiras ao ar livre, nas áreas abertas das madeireiras, e da fumaça que emana dos fornos, pois as madeireiras estão implantadas no perímetro urbano da cidade.

Em período eleitoral existe uma pressão para que os operários possam votar no candidato do patrão, enquanto troca de ‘fidelidade’, pois o voto representa um bem de troca de favores entre os moradores e os proprietários e desses para com os seus representantes a nível local, regional e nacional. Os donos das madeireiras exercem um papel intermediário através do voto entre os operários – base de sustentação e trabalho na atividade madeireira e os candidatos, organizando festas, cujo objetivo é manter a sua hegemonia política sobre determinada área ou bairro, fortalecendo a dominação e perpetuando o poder dos madeireiros. O operário vota no candidato do patrão porque esse lhe deve ‘favores’, como casa, água e luz. Estes compromissos, promessas e obrigações entre candidatos, empresários e eleitores devem ser cumpridos principalmente porque envolve uma relação pessoal e individual, inclusive controlando os títulos dos trabalhadores das empresas.

As regras dentro do jogo político eram combinadas por alguns e principalmente respeitando a demarcação territorial do outro candidato, ou seja, naquela empresa candidato X pode entrar e não o Y. Na visão empresarial dos “empreendedores modernos da fronteira” capitalista a situação dos trabalhadores do setor madeireiro possui uma conotação política e social extremamente comprometedor. Politicamente, mantém o trabalhador atrelado aos interesses do patrão, pois dependem das colônias das madeireiras para morar, controlada principalmente em época de eleição através do voto de cabresto, elegendo os candidatos “indicados”. Socialmente, empregam-se menores que muitas vezes acabam sofrendo acidentes na grande maioria causados pela queima de resíduos de madeira.

No jogo partidário e eleitoral as prioridades que deveriam servir de apoio à sociedade, acabam se transformando no canal preferencial por meio de seus agentes sociais, como investimentos (asfalto), valorizando e convertendo em riqueza própria, aquilo que era de direito da população. Em 1996, quando o Prefeito de Sinop era um ex-madeireiro, o Sr. Antônio Contini, alguns cargos municipais (de confiança) eram ocupados por representantes do segmento madeireiro, exemplo da secretária de finanças do município que era esposa do presidente do SINDUSMAD na época

Neste contexto é importante dizer que todo o processo de ocupação do espaço agrário norte mato-grossense manifestou-se a partir de um conjunto de atividades como extrativismo florestal, agricultura extensiva e pecuária, numa área de fronteira ocupada por migrantes. A economia mato-grossense é de base extrativa, agrícola-latifundiária e os “garimpeiros da floresta” avançaram sobre outras regiões da Amazônia, como “Novo Progresso” no sul do Pará, onde instalaram suas indústrias, exploraram a madeira e exportaram para o Centro-Sul do país e para o exterior, numa atividade que segundo dados do IBAMA e das ONGs chega a 90% de ilegalidade.

Neste sentido afirmamos que as últimas três décadas do século XX, o Estado de Mato Grosso foi marcado por disputas, colonização e ocupação de terras, no âmbito da fronteira amazônica, por forças capitalistas, apoiadas em políticas oficiais com atividades ligadas à exploração da natureza e a posse e uso da terra como avanço do agronegócio, utilizando-se para isso, mecanismos de apropriação privada e expropriação no contexto da lógica destrutiva e predatória do capital (madeireiro) sobre os recursos naturais e sobre os trabalhadores. O domínio privado de grandes áreas de

terras públicas, apoiados pela sociedade política regional, desrespeitou a Lei e o problema de regularização fundiária, ainda é uma questão em grande parte a ser resolvida. Visando criar bases legais para efetivar a modernização capitalista no campo e os interesses empresariais, estas forças construíram um arco mais amplo de alianças políticas (local, regional e nacional), a fim de defender os seus interesses, através dos seus canais de interlocução no âmbito da sociedade política (Estado Restrito), onde expressa a importância atribuída à esfera institucional enquanto trincheira de lutas (PAULA, 2007:4).

Sobre as forças sociais agrárias, ou setores rurais e madeireiros e não “setor produtivo”, como afirma o segmento do agronegócio, como se apenas existesse este segmento em Mato Grosso, os grandes proprietários de terras constituem-se de fazendeiros da base da extração florestal e agropecuária que “adquiriram” propriedades no processo de colonização da região norte do Estado a partir da década de setenta do século XX, onde se estruturam regionalmente, pelas três décadas seguintes.

São agentes da frente pioneira para usar o termo utilizado por Souza Martins para classificar os empresários que ocuparam a fronteira amazônica capitalista, principalmente, “investindo” na especulação imobiliária e com grandes investimentos públicos, como subsídios fiscais e creditícios. São poderosos sob o ponto de vista econômico e político, pois controlam as principais agências da sociedade civil, como sindicatos patronais, Meios de Comunicação e elegem seus representantes na sociedade política. Esses grupos geralmente residem nas cidades como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Alta Floresta e Nova Mutum, onde também atuam em outros setores como o comércio, indústrias e venda de terrenos (especulação imobiliária) nessas cidades de fronteira onde as empresas particulares de colonização ainda possuem grandes quantidades de terras no meio rural e urbano. Politicamente são forças reacionárias, usam o discurso do Progresso para todos e apropriam-se das idéias ou projetos de outros. Além da memória e da história regional em seus discursos com uma forte conotação anacrônica, desenvolvem práticas autoritárias, violentas e ameaçadoras, porém defendidas pelos donos do poder como uma “verdade inquestionável”, fator presente nas relações de poder político instituído nas últimas três décadas na região norte de Mato Grosso.

É importante destacar que essas práticas político-eleitorais vêm sofrendo mudanças a partir da decadência da atividade madeireira na região, dando lugar ao trabalho evangelizador dos caciques políticos e eternos candidatos junto às Igrejas evangélicas e presbiterianas, onde os compromissos de campanhas (construção ou reformas de Igrejas são realizadas) mediante acordo com os Pastores dessas Instituições. Além dessas práticas políticas constatamos outras caracterizadas como, fornecimento de cesta básica, óculos, dentadura, passagem de ônibus, festas de formaturas para estudantes secundaristas e universitários (inclusive constatamos que todas as formaturas em Universidade Públicas e particulares de Sinop e região, o Patrono ou o Parainfo foi um político).

### **Referências Bibliográficas**

ARANTES, Almir. *Garimpo de Peixoto de Azevedo: Um 'novo' campo de concentração*. Assis/SP. UNESP. PPGH. Dissertação de Mestrado. 1994. 240 p.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 322p.

\_\_\_\_\_. *Condição de classe e posição de classe*. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. 361p.

BRUNO, Regina. *Quem São os Novos Ruralistas no Governo Lula?* Niterói/RJ: I Simpósio “Estado Brasileiro: Agências e Agentes”. Universidade Federal Fluminense. De 13 a 15 de julho de 2004.

FEARNSIDE, Philip M. *Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia*. 1992.:219.20. In: SOUZA, Ernani Lúcio Pinto de. *A organização industrial do setor madeireiro de Sinop, Mato Grosso – uma análise da estrutura do mercado*. Belém: UFP, 1999, Dissertação de Mestrado.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Amazônia, Estado e Sociedade*. Campinas/SP: Armazém do Ipê (Autores Associados). 2006. 106 p.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde. Política de Colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá/MT: UNICEN, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IANNI, O. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1979.

Jornal o Sinopeano. SINOP/MT: 1983.

MARTA, José Manuel de Carvalho. *Fumaça e Progresso, um drama de treva e luz*. In: *Revista de Estudos Sociais*. UFMT/FAEC. Ano I, nº1 Cuiabá/MT: EdUFMT. 1999<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. *A política ambiental inconclusa dos anos 70 em Mato Grosso* Painel apresentado na 2ª Reunião Anual da SBPC. Cuiabá/MT: 1995. (mimeo).

MARTINS, José de Souza. *FRONTEIRA: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Classes, Poder e Estado no Brasil*. Niterói/RJ: UFF, 2006. p. 6. (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Questão Agrária, Reforma Agrária e Lutas Sociais no Campo*. In: *Serviço Social & Movimento Social*. São Luís/MA: V. 2. Nº 1. Jan/Jul. 2000.

\_\_\_\_\_. *Estado, Agricultura e Sociedade no Brasil da Primeira Metade do Século XX*. Buenos Aires/AR. *Revista Agro, tierra y política: debates sobre la historia rural de Argentina e Brasil*. 1998.

\_\_\_\_\_. *A Nova Hegemonia do Patronato Agrário Brasileiro: Da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira do Agribusiness*. In: *Revista ANTÍTESE: Marxismo e Cultura Socialista*. Goiânia: CEPEC – Centro Popular de Estudos Contemporâneos. 2006. 117p.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA Silvio Simione da. *Floresta! Para que Te Quero? Da Territorialização camponesa a nova territorialidade do capital*. IV Simpósio Nacional: Estado e Poder. UEMA; 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e Luta (do Sul para a Amazônia)*. Petrópolis: Vozes, 1993. 282p.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. *ROTARY CLUB. Habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004. 217 p.